

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.315 - SE (2019/0273557-3)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ALBERTO RABELO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : CRISTIANO MIRANDA PRADO - SE005794

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA TRABALHISTA DE FORMA ACUMULADA. ILEGALIDADE DA RETENÇÃO DE FORMA ACUMULADA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA NA ALÍQUOTA MÁXIMA. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA MÊS A MÊS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS PARA 11% (ONZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DO PROVEITO ECONÔMICO, NOS TERMOS DO ART. 85, § 11, NCPC/2015. PRECEDENTES. APELAÇÃO IMPROVIDA.

1 - Cuida-se de sentença que julgou procedente o pedido, reconhecendo a ilegalidade da incidência de imposto de renda sobre a percepção acumulada de rendimentos pagos através de reclamação trabalhista nº 0000218-47.2011.5.20.0006, invalidando o crédito tributário, com a condenação da parte embargada no pagamento de honorários fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do proveito econômico, nos termos do art. 85, § 3º, I, NCPC.

2 - Requer a União, em síntese, a legalidade da incidência do imposto de renda no momento da disponibilidade financeira e não na sistemática do regime de competência.

3 - A sentença está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal, uma vez que a renda que deve ser tributada é aquela auferida pelo contribuinte mês a mês, não sendo cabível a retenção na fonte de imposto de renda sobre os valores de benefícios percebidos de forma acumulada, em razão de decisão judicial.

4 - Apelação improvida" (fl. 195e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls.

204/213e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA TRABALHISTA DE FORMA ACUMULADA. ILEGALIDADE DA RETENÇÃO DE FORMA ACUMULADA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA NA ALÍQUOTA MÁXIMA. DESCABIMENTO. APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA MÊS A MÊS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO IMPROVIDOS.

1. Requer a União, ora embargante, o reconhecimento da omissão quanto ao reconhecimento de que os rendimentos recebidos acumuladamente pelo contribuinte provieram de sentença trabalhista, logo, não há como imputar à União qualquer responsabilidade por atraso ou morosidade de precatório.
2. Na verdade, a pretexto de ver suprido os alegados vícios, pretendem a Fazenda Nacional e o particular a rediscussão da matéria e a consequente modificação do *decisum*, emprestando-lhe efeitos infringentes que só excepcionalmente podem-lhe ser conferidos. Utiliza-se do presente recurso com intuito de defender tese já rejeitada, na vã expectativa de obter pronunciamento que lhes seja mais favorável.
3. A embargante, em toda sua explanação, afirma a existência de falhas no julgado, demonstrando inconformismo insolúvel pela via estreita dos embargos, dada sua natureza declaratória. Pela sua própria natureza jurídica, os embargos declaratórios devem referir-se a ponto sobre o qual houver omissão, obscuridade ou contradição da decisão, não podendo insurgir-se contra fatos e argumentos já decididos com clareza.
4. O acórdão apreciou corretamente todos os pontos da causa. Não há, portanto, omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida. Ademais, a faculdade de embargar não é meio processual adequado para rediscutir matéria já apreciada pelo Tribunal.
5. Embargos de declaração improvidos" (fls. 230/231e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 489, II, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015, e 12-A, § 5º, da Lei 7.713/88, sustentando, para tanto, que:

"3. DA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458, II e 535, II AMBOS DO

CPC/73 (vigente à época) E ARTS. 489, II, § 1º, inciso IV e 1.022, II DO CPC/2015

Acerca da negativa de vigência à lei federal, tem-se a orientação do Colendo Supremo Tribunal Federal, consignada no v. acórdão proferido no ERE n.º 64.810-PR, de relatoria do eminente Ministro ALIOMAR BALEEIRO, onde ficou assentado, 'verbis':

(...)

Na hipótese destes autos, incorreu o v. acórdão em ofensa aos artigos 458, II e 535, inciso II, ambos do CPC/73, que assim dispõem:

(...)

Com o surgimento do Novo CPC/2015, os artigos acima citados mantiveram-se em seu conteúdo, alterando apenas a sua numeração, que no caso são os arts. 489, II, § 1º, inciso IV e 1.022, II do CPC/2015:

(...)

Ora, *data maxima venia*, patente que o v. acórdão, ao persistir na omissão, apontada nos embargos de declaração, quando ela é manifesta, violou os artigos supra transcritos.

Da leitura do v. acórdão proferido por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, verifica-se, de modo irrefutável, que o mesmo, ignorando as razões da ora recorrente, persistiu na omissão, negando-se, peremptoriamente a sanar o vício apontado nos embargos declaratórios utilizando-se da formulação genérica de que o julgador não é obrigado a responder, um a um, todos os argumentos dos litigantes, como se estivesse diante de um questionário. As omissões/fundamentações que não restaram supridas são as seguintes:

3.1. DAS OMISSÕES VERIFICADA NO A CORDÃO REGIONAL.

A Turma não se manifestou sobre as alegações da Fazenda Nacional apresentadas em sua apelação e abaixo transcritas:

Nulidade da Sentença - Erro de Fato

No caso dos autos, os rendimentos recebidos pelo autor de forma acumulada não foram desembolsados nem sequer eram devidos pela União, ao contrário do que considerou a sentença de primeiro grau, na seguinte passagem:

(...)

Sem adentrarmos o mérito da legitimidade do regime de precatórios suscitada pela sentença - legitimidade, aliás, fundada em princípios constitucionais da isonomia e da transparência, sem mencionar as regras de previsão orçamentária - o importante aqui é destacar o erro de fato em que incidiu o julgador: os rendimentos recebidos

acumuladamente pelo contribuinte provieram de sentença trabalhista não tendo a União sido responsável por qualquer incúria, atraso ou emissão de precatório algum.

Os rendimentos pagos em atraso ao autor da presente demanda foram pagos pelo Bradesco Vida e Previdência S/A e Banco Bradesco perante a Justiça do Trabalho em decorrência de relação de trabalho havida entre ambos. A sentença trabalhista consta do ID 4058500.1442320. Tal fato, inclusive, estava incontroverso para ambas as partes. A dúvida estava apenas no valor da condenação trabalhista sobre a qual incidira a relação tributária ora discutida.

Importante destacar que a origem do pagamento equivocadamente apresentado na sentença foi a principal razão de decidir do julgado.

Isso porque, o precedente colacionado pelo julgado, o Resp 1.546.331/SC não se aplica ao presente caso, porque se refere à inaplicabilidade do art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988 a fatos anteriores à sua vigência.

Ocorre que, no caso dos autos, os fatos são posteriores a 2010 (IRPF 2012-2013) e são indubitavelmente regidos pelo art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988, tanto que a própria sentença determinou a aplicação do art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988, porém afastando a aplicação do § 5º do art. 12-A da Lei 7.713, de 1988, sem analisar sua constitucionalidade. O caso se subsume, portanto, ao art. 489, §1º, V, e §2º, respectivamente, do CPC.

Assim, tendo em vista que a principal razão apontada na sentença para julgar a procedência do pedido foi fato inexistente (suposto pagamento da União em favor do contribuinte de precatório em atraso), a sentença se subsume, também, ao § 1º do art. 966 do CPC.

Por esses motivos, o presente recurso requer seja proferida outra sentença pelo próprio tribunal, haja vista a ausência de incontrovérsia fática entre as partes.

Substrato axiológico da tributação na Constituição Federal e a constitucionalidade do § 5º do art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988

Com todas as vênias à interpretação buscada neste processo, é preciso atentar que todo o raciocínio parte de uma premissa equivocada: a de que o contribuinte possui o direito inalienável de pagar o mínimo de tributo possível.

Sucedee que o direito individual ao patrimônio, garantido na nossa Constituição, protege o contribuinte de excessos do Estado, mas não lhe confere o direito de obter vantagens vedadas pelo Estado e pela Lei.

O direito do contribuinte brasileiro é de ser tributado de acordo com os

limites legais e constitucionais. Não há direito em 'tirar o melhor proveito' em tema de tributação.

Isso porque o pagamento de tributo é um dever elementar do cidadão, não é uma sanção ou penalidade imposta arbitrariamente pelo Estado, não havendo motivo constitucional para se equiparar direito à propriedade e direito à liberdade.

Em outras palavras, a nossa Constituição Federal não dispõe de princípio ou de regra alguma que dirija o aplicador da lei a uma interpretação 'garantista' do direito tributário.

Se o Estado respeitou os limites constitucionais ao Poder de Tributar, não vislumbramos motivo jurídico para se afastar uma lei, ou seja, para desconsiderar o princípio da segurança jurídica à revelia do devido processo legal, uma vez que não houve a declaração de inconstitucionalidade da lei, a fim de fazer prevalecer um ideário - desprovido de substrato jurídico - de que haveria o direito fundamental de pagar o mínimo de tributos.

Se o contribuinte fez uma opção de tributação, sabendo ser esta opção irretratável por lei e depois este mesmo contribuinte busca reverter sua opção, quem parece estar faltando com boa-fé é o contribuinte, não a União. E o contribuinte que apresenta conduta reticente, ambivalente, incoerente.

Assim, com base no princípio da segurança jurídica e do devido processo legal e da legalidade, a União requer que seja respeitado o § 5º do art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988.

Caso se decida afastar a aplicação do dispositivo (§5º do art. 12-A), a União requer sejam declinados os motivos de tal afastamento.

Da inexistência de erro de preenchimento da declaração. Opção irretratável do autor. Rendimentos declarados como recebidos acumuladamente pelo titular.

O requerente optou por declarar o IRPF recebido acumuladamente na declaração de ajuste, em lugar de declará-lo como rendimento recebido acumuladamente, como lhe facultava o art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988.

E neste ponto vale registrar e informar ao contribuinte que nem sempre a declaração de forma isolada (que aqui foi chamada de regime de caixa) se mostra menos onerosa ao contribuinte do que o regime de competência (na verdade declaração do RRA junto com o ajuste).

Após o próprio contribuinte ter constituído sua dívida, protocolizou impugnação administrativa intempestiva para modificar a Declaração 2013.

Nesse cenário, o pedido de restituição do débito não tem razão de ser. O autor, em sua exordial, alega ter agido em conformidade com a legislação ao preencher a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - 2013.

Entretanto, o que houve foi que o contribuinte declarou corretamente os valores recebidos acumuladamente com atraso de dois anos e, nesta declaração, realizou a opção a que faz referência o parágrafo 5º do artigo 12-A da Lei n 7.713, de 1988.

A sentença trabalhista que reconheceu o direito ao RRA, expressamente consignou que os recolhimentos tributários deveriam ser realizados no tempo do valor devido ser disponibilizado (...) sem que sejam feitos cálculos mês a mês .

A integração do rendimento recebido acumuladamente à base de cálculo do Imposto sobre a Renda na Declaração de Ajuste Anual do ano-calendário do recebimento é opção irretratável. Essa previsão não é ardil do Fisco, mas decorrente de aplicação da lei, aprovada pelo Poder Legislativo. No caso em apreço, tudo indica que a própria sentença trabalhista assim determinou.

Ao enviar a declaração, com a opção facultada pelo legislador com a cláusula de irretratabilidade, deve o contribuinte arcar com as consequências de sua declaração, não merecendo tratamento diferenciado, porquanto a lei é geral tendo aplicação a todo contribuinte que tenha relação com o fato gerador, em situações correlatas.

O artigo 12 da Lei n.º 7.713, de 1988 assim dispõe:

(...)

Portanto, a opção do autor é irretratável, não cabendo invocar o Judiciário alegando equívoco.

Ademais, Excelência, a ninguém é dado descumprir a lei alegando que a desconhece, conforme dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, em seu artigo 3º: Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Ademais, o conhecimento da norma está bastante acessível ao contribuinte, estando publicado pela Receita Federal do Brasil, em seu sitio oficial. Segue trecho das orientações que vigiam em 2013, data da entrega da Declaração no caso concreto:

(...)

Acerca de questões necessárias para o manejo dos recursos extremos sob o argumento esposado em formulações genéricas (v. g., o julgador não está obrigado a responder questionário, etc), posto que tal expediente, muitas vezes, aniquila o acesso às Cortes Superiores em

face de posicionamentos intransigentes de alguns julgadores que esquecem a natureza do ofício que lhes é dado de exercer a tutela jurisdicional do Estado (rectius: DEVER), transformando o binômio DEVER-poder em simplesmente PODER.

Data venia, a omissão perpetrada pelo v. acórdão configura deficiência na entrega da prestação jurisdicional, como tem considerado em casos análogos o Col. STF, bem assim violação aos arts. 458, II e 535, inciso II, ambos do CPC, nos termos da (arts. 489, II, § 1º, inciso IV e 1.022, II do CPC/2015) reiterada orientação do Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Demonstrada a negativa de vigência aos arts. 458, II e 535, inciso II, ambos do CPC (arts. 489, II, § 1º, , pelo não conhecimento dos embargos de declaração, quando inciso IV e 1.022, II do CPC/2015) deveriam os mesmos ter sido acolhidos, cabível o presente recurso especial ex vi do art. 105, III, alínea 'a' da Lei Maior.

Impõe-se, pois, a anulação do v. acórdão recorrido, *data maxima venia*.

4. DA VIOLAÇÃO AO § 5º do ART. 12-A da Lei Nº 7.713/88 - Da inexistência de erro de preenchimento da declaração. Opção irretratável do autor. Rendimentos declarados como recebidos acumuladamente pelo titular

O Acórdão ora recorrido violou lei federal, notadamente o § 5º do art. 12-A da Lei Nº 7.713/88, portanto, merece reforma o acórdão ora atacado. Com todas as vênias à interpretação buscada neste processo, é preciso atentar que todo o raciocínio parte de uma premissa equivocada: a de que o contribuinte possui o direito inalienável de pagar o mínimo de tributo possível.

Sucedo que o direito individual ao patrimônio, garantido na nossa Constituição, protege o contribuinte de excessos do Estado, mas não lhe confere o direito de obter vantagens vedadas pelo Estado e pela Lei.

O direito do contribuinte brasileiro é de ser tributado de acordo com os limites legais e constitucionais. Não há direito em 'tirar o melhor proveito' em tema de tributação.

Isso porque o pagamento de tributo é um dever elementar do cidadão, não é uma sanção ou penalidade imposta arbitrariamente pelo Estado, não havendo motivo constitucional para se equiparar direito à propriedade e direito à liberdade.

Em outras palavras, a nossa Constituição Federal não dispõe de princípio ou de regra alguma que dirija o aplicador da lei a uma interpretação 'garantista' do direito tributário.

Se o Estado respeitou os limites constitucionais ao Poder de Tributar, não vislumbramos motivo jurídico para se afastar uma lei, ou seja, para desconsiderar o princípio da segurança jurídica à revelia do devido processo legal, uma vez que não houve a declaração de inconstitucionalidade da lei, a fim de fazer prevalecer um ideário - desprovido de substrato jurídico - de que haveria o direito fundamental de pagar o mínimo de tributos.

Se o contribuinte fez uma opção de tributação, sabendo ser esta opção por lei e irretratável depois este mesmo contribuinte busca reverter sua opção, quem parece estar faltando com boa-fé é o contribuinte, não a União. É o contribuinte que apresenta conduta reticente, ambivalente, incoerente.

Assim, com base no princípio da segurança jurídica e do devido processo legal e da legalidade, a União requer que seja respeitado o § 5º do art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988, ora violado.

O recorrido optou por declarar o IRPF recebido acumuladamente na declaração de ajuste, em lugar de declará-lo como rendimento recebido acumuladamente, como lhe facultava o art. 12-A da Lei Nº 7.713, de 1988.

E neste ponto vale registrar e informar ao contribuinte que nem sempre a declaração de forma isolada (que aqui foi chamada de regime de caixa) se mostra menos onerosa ao contribuinte do que o regime de competência (na verdade declaração do RRA junto com o ajuste).

Após o próprio contribuinte ter constituído sua dívida, protocolizou impugnação administrativa intempestiva para modificar a Declaração 2013.

Nesse cenário, o pedido de restituição do débito não tem razão de ser. O autor, em sua exordial, alega ter agido em conformidade com a legislação ao preencher a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - 2013.

Entretanto, o que houve foi que o contribuinte declarou corretamente os valores recebidos acumuladamente com atraso de dois anos e, nesta declaração, realizou a opção a que faz referência o parágrafo 5º do artigo 12-A da Lei n 7.713, de 1988.

A sentença trabalhista que reconheceu o direito ao RRA, expressamente consignou que os recolhimentos tributários deveriam ser realizados no tempo do valor devido ser disponibilizado (...) sem que sejam feitos cálculos mês a mês.

A integração do rendimento recebido acumuladamente à base de cálculo do Imposto sobre a Renda na Declaração de Ajuste Anual do

ano-calendário do recebimento é opção irretratável. Essa previsão não é ardil do Fisco, mas decorrente de aplicação da lei, aprovada pelo Poder Legislativo. No caso em apreço, tudo indica que a própria sentença trabalhista assim determinou.

Ao enviar a declaração, com a opção facultada pelo legislador com a cláusula de irretratabilidade, deve o contribuinte arcar com as consequências de sua declaração, não merecendo tratamento diferenciado, porquanto a lei é geral tendo aplicação a todo contribuinte que tenha relação com o fato gerador, em situações correlatas.

O artigo 12 da Lei n.º 7.713, de 1988 assim dispõe:

(...)

Portanto, a opção do autor é irretratável, não cabendo invocar o Judiciário alegando equívoco.

Ademais, Excelência, a ninguém é dado descumprir a lei alegando que a desconhece, conforme dispõe a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, em seu artigo 3º: Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Outrossim, o conhecimento da norma está bastante acessível ao contribuinte, estando publicado pela Receita Federal do Brasil, em seu sítio oficial. Segue trecho das orientações que vigiam em 2013, data da entrega da Declaração no caso concreto:

(...)

Assim, a norma inserta no artigo 12-A da Lei n.º 7.713, de 1988, foi detalhadamente explicada pela Receita Federal, em seu sítio, conteúdo ao qual o contribuinte também tem acesso, bastando que seja minimamente diligente a fim de prestar declarações condizentes com suas intenções.

Por fim, cabe salientar que *in casu* não se aplica o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de Recurso Extraordinário n.º 614.406 (Tema 368 de Repercussão Geral): Imposto de Renda Pessoa Física. Rendimentos Tributáveis Recebidos Acumuladamente. Inconstitucionalidade do artigo 12 da Lei n.º 7.713/1998, porquanto não se estende às lides nas quais se discute a aplicação do artigo 12-A da mesma lei, introduzido pela Lei 12.350, de 2010, incidente a partir do ano base 2010.

Assevere-se, ademais, que o e. Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre a aplicação do artigo 12-A da Lei n.º 7.713, por meio do RESP - RECURSO ESPECIAL - 1487501, Min.º Relator MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJE DATA: 18/11/2014, cuja ementa foi lavrada nos seguintes termos

(...)

Desta forma, merece reforma o acórdão ora recorrido em face de ter perpetrado violação a dispositivo de lei federal' (fls. 241/257e).

Requer, ao final:

"1 - seja CONHECIDO e PROVIDO o presente recurso, reconhecendo a omissão supra declinada, para determinar o retorno dos autos a instância

a quo a fim de suprir a omissão apontada;

2 - seja CONHECIDO e PROVIDO o recurso com o fito de reformar o acórdão ora recorrido, em virtude da violação a dispositivo de lei federal" (fl. 257).

Contrarrazões a fls. 262/272e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 274/275e), foi interposto o presente Agravo (fls. 280/289e).

Sem contraminuta (fl. 295e).

A irrisignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução, opostos pela parte ora agravada, em Execução Fiscal que lhe move a Fazenda Nacional, em que alega, em síntese, que o imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos acumuladamente deve ser calculado pelo regime de competência.

O Juízo **a quo** julgou procedentes os Embargos (fls. 126/128e). Inconformada, a Fazenda Nacional interpôs recurso de Apelação. Por sua vez, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo fazendário, nos seguintes termos:

"A sentença está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal, uma vez que a renda que deve ser tributada é aquela auferida pelo contribuinte mês a mês, não sendo cabível a retenção na fonte de imposto de renda sobre os valores de benefícios percebidos de forma acumulada, em razão de decisão judicial, consoante a orientação expressa, dentre outros, nos seguintes precedentes:

(...)

Em relação aos honorários advocatícios recursais, majoro em 1% (um por cento) o valor fixado na sentença (10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do proveito econômico, nos termos do art. 85, § 11, NCPC/2015.

Por essas razões, nego provimento à apelação, para manter a

sentença pelos seus próprios e jurídicos fundamentos.
É como voto" (fls. 193/194e).

Inicialmente, em relação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

No mais, conforme demonstram os excertos acima transcritos, verifica-se que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o REsp 1.470.720/RS, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos, o qual fixou a tese de que "até a data da retenção na fonte, a correção do IR apurado e em valores originais deve ser feita sobre a totalidade da verba acumulada e pelo mesmo fator de atualização monetária dos valores recebidos acumuladamente, sendo que, em ação trabalhista, o critério utilizado para tanto é o FACDT".

Confira-se a ementa do Recurso Especial supracitado:

"RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535, DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA N. 284/STF. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA - IRPF. VERBAS RECEBIDAS ACUMULADAMENTE. REGIME DE COMPETÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. FACDT. SELIC.

1. Não merece conhecimento o recurso especial que aponta violação ao art. 535, do CPC, sem, na própria peça, individualizar o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão ocorridas no acórdão proferido pela Corte de Origem, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula n. 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

2. O valor do imposto de renda, apurado pelo regime de competência e em valores originais, deve ser corrigido, até a data da retenção na fonte sobre a totalidade de verba acumulada, pelo mesmo fator de atualização monetária dos valores recebidos acumuladamente (em ação trabalhista, como no caso, o FACDT - fator de atualização e conversão dos débitos trabalhistas). A taxa SELIC, como índice único de correção monetária do indébito, incidirá somente após a data da retenção indevida.

3. Sistemática que não implica violação ao art. 13, da Lei n. 9.065/95, ao art. 61, §3º, da Lei n. 9.430/96, ao art. 8º, I, da Lei n. 9.250/95, ou ao art. 39, §4º, da Lei n. 9.250/95, posto que se refere à equalização das bases de cálculo do imposto de renda apurados pelo regime de competência e pelo regime de caixa e não à mora, seja do contribuinte, seja do Fisco.

4. Tema julgado para efeito do art. 543-C, do CPC: 'Até a data da retenção na fonte, a correção do IR apurado e em valores originais deve ser feita sobre a totalidade da verba acumulada e pelo mesmo fator de atualização monetária dos valores recebidos acumuladamente, sendo que, em ação trabalhista, o critério utilizado para tanto é o FACDT'.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008" (STJ, REsp 1.470.720/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 18/12/2014).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, conheço do Agravo, para negar provimento ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora